

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 582 - Brasília, sexta-feira, 7 de novembro de 1997

## Senado aprova projeto que ajuda pobre com filho na escola

*Durante a votação, houve intenso debate em torno do dispositivo que limita a ajuda aos municípios onde a renda familiar e a receita tributária per capita sejam inferiores às médias do estado*



A reunião da CAE que aprovou novo modelo para financiar moradia

Os municípios que instituírem programas para complementar a renda de famílias pobres que tenham filhos de até 14 anos na escola poderão receber ajuda financeira do governo federal. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado e retornará à Câmara. O plenário acolheu um substitutivo

do senador Lúcio Alcântara na Comissão de Assuntos Econômicos. De acordo com a proposta, o governo bancará metade dos gastos desses projetos e nunca uma família poderá receber menos do que R\$ 15 por mês. Vários senadores debateram a matéria durante a votação. **Páginas 4 e 5**

**Anatel terá de explicar crédito**

**PÁGINA 2**

## Novo sistema vai financiar moradia

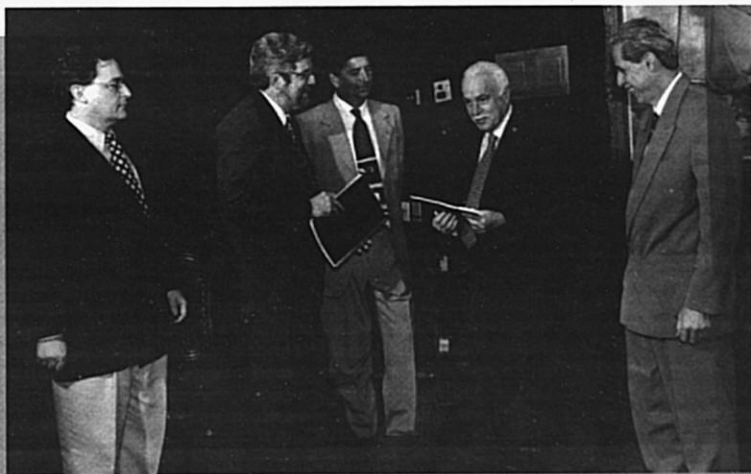
A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de lei que cria o Sistema Financeiro Imobiliário. A proposta será encaminhada agora ao plenário, para apreciação. **Página 3**

## Direitos humanos entram no currículo

A Comissão de Educação aprovou projeto de lei que inclui matérias relativas a direitos humanos nos currículos do ensino médio e fundamental. **Pág. 6**

## Governadores querem apoio para compensar perdas

Os governadores do Rio Grande do Sul, de Goiás e do Espírito Santo estiveram ontem com os presidentes do Senado e da Câmara. Eles pediram apoio à pretensão de modificar a Lei Kandir. Os governadores querem que os estados sejam efetivamente compensados pela perda de receita com a isenção de ICMS incidente sobre produtos para exportação. **Página 8**



Antonio Carlos recebe governadores: Lei Kandir na pauta

# Anatel vai explicar crédito de R\$ 245 milhões

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), acolheu ontem requerimento de convocação do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para prestar esclarecimentos à comissão sobre crédito especial no valor de R\$ 245 milhões. Suassuna determinou às assessorias técnicas

de orçamento a elaboração de um documento com sugestões de normas legislativas de fiscalização sobre os orçamentos das novas agências reguladoras.

O crédito especial solicitado para a Anatel obteve parecer favorável de Flaviano Melo (PMDB-AC). No entanto, após questionamentos de parlamentares da oposição, ele

concordou em suspender a discussão de seu parecer até a realização de audiência com o presidente da Anatel.

Segundo argumentou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), o pedido de crédito envolve, além de problemas formais, um montante muito superior ao total do orçamento de investimentos do Ministério das Comunicações (cerca de R\$ 32 mi-

lhões), sem qualquer detalhamento sobre como ele será gasto. No plano formal, os recursos seriam destinados à Agência Brasileira de Comunicações, entidade inexistente após a instalação da Anatel, e alocados no Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, quando deveriam ser destinados diretamente à Anatel.

O deputado Arnaldo Madeira

(PSDB-SP) concordou que a Anatel é um órgão novo e, diante disso, "é conveniente que seus diretores compareçam à comissão".

Suassuna confirmou que, em data a ser fixada, a comissão receberá, em audiência pública, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para esclarecimentos sobre cortes a serem feitos no Orçamento.

## Comissão especial votará Código Civil na quinta-feira

A partir de um pedido de vista da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), o presidente da comissão especial que examina o projeto de Código Civil, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), concedeu vista coletiva da matéria, que tem como relator-geral o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). A votação do projeto ficou marcada para a próxima quinta-feira, dia 13.

Entre as alterações importantes contidas no projeto, está a redução de cinco para três anos do prazo para que se caracterize uma união estável, se houver filho em co-

num. Essa e outras modificações foram explicadas em entrevista pelo senador Josaphat Marinho, para quem, ao contrário do atual Código de 1916, que é individualista - com regras que visam proteger o interesse do indivíduo -, o projeto do novo Código Civil é de conteúdo social, "aberto às idéias inovadoras de nosso tempo".

As mudanças destacadas pelo relator são, entre outras, as seguintes:

- a mulher passa a ter, na sociedade conjugal, uma posição de perfeita igualdade com o homem - o homem e a mulher são iguais tanto em direi-

tos quanto em obrigações;

- o dano moral, que vem sendo admitido por efeito de jurisprudência, é reconhecido no texto, que estabelece que a violação ao direito moral das pessoas pode ser objeto de indenização;

- o direito de propriedade, que no código em vigor foi instituído para proteger o titular do bem, assegura a proteção do bem, resguardado o interesse social;

- o filho adotivo é igual aos outros filhos, e a adoção é uma só (atualmente há diferentes graus de adoção), sendo irrevogável a sentença de sua homologação.



O senador Ademir Andrade (C) presidiu a audiência da CAS

## Rocha quer plano de saúde mais realista

Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a defender a idéia de que os senadores se utilizem de emendas supressivas para garantir os direitos dos que não podem pagar planos de saúde caros, adequando à realidade o substitutivo da Câmara ao projeto do Senado que regulamenta os planos de saúde. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, ele reiterou sua posição na audiência realizada ontem.

Os expositores convidados

concordaram que o substitutivo confere privilégios ao capital estrangeiro e manifestaram-se favoráveis a emendas modificativas para acelerar o processo de votação. Participaram Edmundo Castilho, da Unimed, Júlio César Pereira, da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda, Waldir Mesquita, do Conselho de Medicina, e Virgílio Carneiro, da Associação dos Servidores Assistenciais de Saúde Próprios de Empresas.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (10.11.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (11.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 75/96, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; do "PLC nº 48/97, dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais; do "Projeto de Resolução nº 127/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 377 milhões, junto ao Brazilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército; e do "Projeto de Resolução nº 128/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Brazilian American Merchant Bank, no valor equivalente a até US\$ 236 milhões, destinado-se os recursos ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército

Quarta-feira (12.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLS nº 25/97, cria o Fundo de Terras; do "PLS nº 219/97, altera a Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, e o Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores; e do "PLS nº 220/97, esta-

belece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

Quinta-feira (13.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 25/97, que trata da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 63/95, altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; e discussão em turno único do "PLC nº 13/97, revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - Lei das Contravenções Penais (previsão de futuro e práticas semelhantes)

Sexta-feira (14.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Terça-feira (11.11.97)

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas (regulamento os planos de saúde)

Expositores convidados: Aluisio Campos da Paz Júnior, presidente da Rede Sara; Joilson Rodrigues Ferreira, vice-presidente da Coordenação Regional do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - Ciefas; Nelson Rodrigues dos Santos, coordenador-geral do Conselho Nacional de Saúde; e Júlio Birenbach, representante da Federação Nacional das Empresas de Seguro - Fenaseg. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Assuntos relacionados ao relatório preliminar; e discussão sobre a prorrogação dos trabalhos da comissão. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

*A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a criação do Sistema Financeiro Imobiliário. Relator prevê maior acesso ao crédito e menos custos para os financiados, possibilitando a retomada dos investimentos em imóveis*

## Casa própria ganha sistema de financiamento



A Comissão de Assuntos Econômicos examinou ontem também vários pedidos estaduais de crédito

### CAE acolhe nova exigência para crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu ontem, com emendas, o anteprojeto de resolução de autoria do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) que obriga os estados, os municípios e o Distrito Federal, ao pedirem ao Senado autorização para operações de crédito, a apresentar certidão do Tribunal de Contas da União atestando a destinação de, no mínimo, 75% da receita arrecadada com a privatização de entidades da administração direta, indireta e autárquica ao pagamento de amortização, juros e demais encargos da dívida pública, dívida mobiliária ou contratual.

Emenda do presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), incluiu os encargos referentes a sentenças ju-

diciais na relação de débitos que podem ser saldados com os 75%.

Na justificativa do anteprojeto, o senador Kleinübing argumenta que o endividamento das unidades federadas "vem sendo alvo das preocupações da União, à medida que o alto nível de comprometimento das receitas desses entes interfere não só na autonomia das partes, mas, também, na soberania da Federação".

A matéria será submetida agora ao plenário, na forma de projeto de resolução.

A CAE aprovou ainda, nos termos dos substitutivos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), solicitação dos governos dos estados de Santa Catarina e de Sergipe,

respectivamente, para emissão de letras financeiras destinadas ao giro de suas dívidas mobiliárias vencíveis no segundo semestre de 1997.

Os senadores da comissão também aprovaram parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sobre pedido de autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 55 milhões e 406 mil, entre o Instituto Bancário San Paolo de Torino S.p.A. e o governo de Mato Grosso.

Em caráter terminativo, foi aprovado projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) autorizando a inclusão do Banco Meridional do Brasil como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara e de autoria do Executivo, criando o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e instituindo a alienação fiduciária da coisa imóvel. A matéria foi relatada pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) e será submetida agora à apreciação do plenário.

De acordo com o projeto, poderão operar no SFI as caixas econômicas, os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e, a critério do Conselho Monetário Nacional (CMN), outras entidades.

As operações de financiamento da casa própria poderão ser garantidas por hipoteca, cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de alienação de imóveis, caução de direitos creditórios ou aquisitivos decorrentes de contratos de

venda ou promessa de venda de imóveis, alienação fiduciária de coisa imóvel.

Pelo novo sistema, os financiamentos serão livremente contratados entre as partes e deverão observar as seguintes condições: reposição integral do valor emprestado, remuneração do capital, capitalização dos juros e contratação de seguros considerados essenciais (como os de garantia da liquidação do financiamento no caso de morte ou invalidez do tomador do empréstimo).

Fernando Bezerra argumentou que o novo modelo de financiamento imobiliário não contará com a intervenção estatal nem com subsídios governamentais. "Este modelo vai permitir um maior acesso ao crédito e menos custos para os financiados, possibilitando maiores investimentos em imóveis, favorecendo o emprego e o crescimento econômico, bem como reduzindo o déficit público."

### Bahia terá US\$ 51 milhões para gerenciar as águas

A CAE também aprovou parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável à solicitação do governo da Bahia para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O empréstimo, no valor de 51 milhões de dólares, será para o financiamento

parcial do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado. Foi aprovado ainda requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando audiência pública com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, sobre os efeitos da oscilação das bolsas de valores sobre a economia brasileira.

## Almoço no ministério homenageia Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi recebido ontem pelo ministro da Marinha, almirante Mauro César Rodrigues Pereira, para um almoço de trabalho no edifício-sede do ministério. Durante o encontro, discutiu-se a tramitação de projetos de interesse da

Marinha no Congresso e a criação do Ministério da Defesa.

Antonio Carlos foi recebido, com as honras de portão - devidas ao chefe do Poder Legislativo -, pelo contra-almirante Roberto Ciminelli, comandante do 7º Distrito Naval. Em seguida,

Antonio Carlos e o comando da Marinha

passou em revista a tropa.

O almirante Carlos Edmundo de Lacerda Freire, secretário-geral da Marinha,



à reunião.

Na reunião falou-se também sobre a reestruturação de corpos e quadros da Marinha; segurança do tráfego aquaviário; transferência *ex-officio* de alunos do 3º grau;

e o vice-almirante José Alfredo Lourenço dos Santos, chefe de gabinete do ministério, também compareceram

regime constitucional dos militares; e renovação de meios navais e aeronavais.

*Proposta prevê ajuda mínima de R\$ 15 por mês para famílias carentes que tenham filhos de até 14 anos na escola. Substitutivo agora retorna à Câmara. Municípios com menor renda serão os mais beneficiados*

# Aprovado o projeto da renda mínima

O plenário do Senado aprovou ontem projeto autorizando o governo federal a ajudar financeiramente os municípios que instituírem programas para completar a renda de famílias pobres com filhos de até 14 anos na escola. Pela proposta, que será encaminhada à Câmara, o governo bancará metade dos gastos desses projetos e nunca uma família poderá receber menos do que R\$ 15 por mês.

Os senadores concordaram com o substitutivo preparado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na CAE, em detrimento de outro apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) na Comissão de Educação. O projeto prevê que o governo federal só ajudará, nos primeiros cinco anos, os municípios onde a renda familiar e a receita tributária por pessoa sejam inferiores às médias dessas rendas no estado. Depois do quinto ano, se houver disponibilidade financeira, o governo poderá conceder o auxílio financeiro a qualquer município.

O presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu a cumprir o que está neste projeto. Há quem considere que ele é limitado, mas é o passo inicial para um programa mais abrangente de garantia de renda mínima, como quer o senador Eduardo Suplicy - afirmou Lúcio Alcântara, que relatou a matéria também na Comissão de Assuntos Sociais.

Ele informou que todo o conteúdo do seu substitutivo foi negociado com o governo, dentro das possibilidades financeiras federais. O relator elogiou a luta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em torno de uma proposta de renda mínima, lembrando que aceitou suas sugestões, inclusive o limite mínimo de ajuda a cada família.

A ajuda aos municípios será feita com base numa fórmula onde se leva em consideração a renda familiar *per capita* do município e o número de filhos de até 14 anos na escola. Não poderão ser beneficiadas famílias onde a renda *per capita* seja superior a meio salário mínimo (R\$ 60,00 por cada pessoa da família).



Lúcio Alcântara defende seu substitutivo, que considera adequado às disponibilidades do governo federal

Durante a votação, houve intenso debate em torno da limitação da ajuda aos municípios onde a renda familiar e a receita tributária *per capita* sejam inferiores às médias do estado. O senador Eduardo Suplicy sustentou que, com tal exigência, 40% dos municípios brasileiros ficarão de fora do programa nos primeiros cinco anos. O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, lembrou que às vezes há mais pobreza na periferia dos municípios com boa receita tributária que nas regiões consideradas pobres.

Na votação em turno suplementar, Jader apresentou emenda para que o projeto deixasse de ser autorizativo ao governo federal, mas determinasse a execução do programa. O plenário rejeitou a emenda, assim como outra que abria o programa a qualquer município.

Foi aprovada emenda do senador Suplicy prevendo que, a partir do sexto ano, o programa poderá ser estendido a qualquer município. Também obteve aprovação emenda do senador José Fogaça (PMDB-RS), que reduziu de 8% para 4% o gasto máximo do município com atividades intermediárias e administrativas para execução do programa.

O substitutivo foi apresentado a uma proposta que chegou da Câmara, de iniciativa do deputado Nelson Marchezan, e, por causa das mudanças, o assunto retornará à análise dos deputados. Com a sua aprovação, ficaram prejudicados outros três projetos sobre o mesmo assunto e que tramitavam juntos - dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

## Francelino defende caráter autorizativo

Em apoio ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), disse ser "recorrente em todos os estados e no governo federal" a utilização do formato autorizativo para propostas que, surgidas no Legislativo, dependem de iniciativa do Executivo.

"Não há dispositivo regimental que permita aos parlamentares o encaminhamento de uma moção ao presidente da República, daí o Parlamento recorrer a projetos ou manifestações nas tribunas - acrescentou, refutando argumento do líder do PMDB, senador Jader Barbalho, de que o caráter autorizativo não estaria à altura do



Francelino: com base no Regimento

esforço dos parlamentares na tramitação do projeto.

Francelino também apoiou a emenda do senador Suplicy, por "abrir um horizonte mais amplo para uma política mais abrangente em relação à distribuição da renda no país".

## Dutra: sucesso petista é apelo para implantação do programa

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, acredita que o presidente da República executará o programa aprovado ontem, mesmo sendo ele apenas autorizativo. Para ele, o sucesso de programas idênticos desenvolvidos por administrações petistas é um apelo muito forte para que o presidente da República adote o programa.

"Na pior das hipóteses, muitos deputados e senadores candidatos a governos esta-



Dutra: apelo forte

duais ou a prefeituras perceberam o alcance e a importância do programa e isso os levará a lançar projetos nessa área - observou.

Dutra apontou que a exigência de renda familiar *per capita* inferior à média estadual será um problema difícil de administrar por algumas prefeituras. "Como um prefeito explicará a um cidadão da divisa de um município onde há a renda mínima, que não pode implantar um programa idêntico?"

## Arruda: é bom que seja feito onde começa a miséria

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso e autor de um dos projetos sobre renda mínima aglutinados no substitutivo do senador Lúcio Alcântara, defendeu a proposta do relator, que, a seu ver, propicia a aplicação desses recursos "nos bolsões de miséria, nas cidades cuja renda *per capita* média esteja abaixo da renda *per capita* média dos respectivos estados".

Todos os projetos reunidos no substitutivo, acrescentou, procuravam corrigir a distorção revelada pelas experiências existentes de garantia de uma renda mínima associada à bolsa-escola: concedida às famílias das periferias das grandes cidades, acabou gerando um fluxo migratório e contribuiu para aumentar o inchaço das periferias urbanas.

"É importante que isso seja feito onde começa a miséria - reiterou.

Arruda frisou que a proposta final a ser apresentada ao Executivo não é a ideal, mas a possível, e "tem a concordância do governo federal". Ele também considerou "bastante razoável" a emenda do senador Eduardo Suplicy, prevendo a possibilidade de o programa ser ampliado, após cinco anos de aplicação.



Arruda: não o ideal, mas o possível

Senador não aceita disposição do substitutivo de Alcântara que contempla apenas as cidades com menor renda per capita

## Suplicy condena exclusão de 40% dos municípios

Autor do primeiro projeto a tramitar no Senado criando um imposto de renda negativo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou ontem atenção para o risco de o Senado aprovar agora um projeto que institui um programa de renda mínima, mas exclui os



Suplicy: Igualdade

municípios de melhor renda per capita. Em sua opinião, isso contraria a Constituição, a qual consagra que todos são iguais perante a lei.

- Toda pessoa no Brasil tem direito a usufruir da renda da nação - afirmou o senador, ao observar que o substitutivo do

senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao contemplar apenas as cidades com menor renda per capita, exclui do programa de renda mínima 40% dos municípios brasileiros.

Eduardo Suplicy sugeriu que, mesmo que o programa se inicie abrangendo apenas os municípios de menor renda, o projeto pelo menos crie a expectativa de direito para todos.

## Emília: todos devem ser atendidos

Emília Fernandes (PDT-RS) considerou injusto o fato de o substitutivo excluir do programa de renda mínima os municípios com renda per capita acima da média do estado em que se localizar. Na opinião da senadora, isso terminará por sacrificar os que vivem a 30 ou 50 quilômetros de municípios contemplados pelo programa.

Em defesa do seu substituti-

vo, ela disse que, ao relatar a matéria na Comissão de Educação, preocupou-se em atender a todos os brasileiros, sem discriminar ninguém. "O princípio desse programa é o combate à desigualdade, por isso contemplamos todas as famílias necessitadas", afirmou.



Emília: discriminação

Emília enalteceu o combate à pobreza com ações voltadas para a afirmação da cidadania e criticou o substitutivo por excluir o auxílio financeiro da União ao Distrito Federal para esse tipo de programa. "O Distrito Fe-

deral por acaso não tem pobreza?", questionou a senadora.

## Jáder estranha "lei autorizativa"

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), considerou inexplicável que a Casa aprove uma lei autorizativa para o presidente da República instituir um programa de renda mínima, quando poderia instituir isso de uma vez. "Aprovar uma lei autorizativa, que ain-



Jáder: perda de tempo

da vai retornar à Câmara, me parece uma perda de tempo", alertou ele.

Ele disse que o substitutivo de Lúcio Alcântara não determina a obrigatoriedade de o Executivo adotar um programa de renda mínima, daí porque seria mais conveniente transformar esse projeto

numa moção ao presidente da República, a fim de que ele fosse induzido a executar a medida. No entender de Jáder Barbalho, fazer tramitar uma lei que não obriga o Executivo a cumpri-la é distanciar-se dos anseios da sociedade.

- Acho que estamos burocratizando uma proposição da maior importância, e me parece que não é esse o caminho mais adequado - argumentou.

## Coutinho acha critérios "lógicos"

Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu o substitutivo de Lúcio Alcântara. Para ele, a abrangência dos municípios beneficiados obedece a critérios lógicos, baseados na realidade orçamentária do governo federal.

O senador lembrou que, dentre os parâmetros estabelecidos pela ONU para medir a qualidade de vida nos países do mundo, duas variáveis, os ní-

veis de educação e de renda da população, estão contempladas nos objetivos do projeto de renda mínima. Para ele, há mérito em se propor ações que possam mudar, no ranking da ONU sobre qualidade de vida, a posição do Brasil, hoje em 68º lugar.

De acordo com o senador, o



Coutinho é a favor

desenvolvimento social no país não acompanha o desenvolvimento econômico, fazendo com que a distribuição de renda seja uma das piores do mundo. Segundo disse, o programa pode atenuar os problemas gravíssimos de educação e marginalidade causados pela miséria.

## Bulas de remédio terão alerta contra o fumo

O plenário do Senado aprovou ontem projeto da Câmara que torna obrigatória a impressão de advertências sobre os riscos do tabagismo nas bulas de medicamentos destinados à prevenção ou ao tratamento de patologias que são agravadas ou potencializadas pelo vício de fumar. Caberá ao Executivo,

em 90 dias após a aprovação da lei, fixar a lista dos medicamentos que se incluem nos referidos casos. Como o plenário aceitou duas alterações ao projeto original, propostas pelo relator na CAS, José Alves (PFL-SE), a matéria voltará à Câmara.

Em outro projeto aprovado, o Senado revogou artigo do Código de Processo Penal, de 1941, que condicionava ao consentimento do marido o exercício do direito de queixa pela mulher. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que deu parecer favorável ao projeto na CCJ, considerou que o arti-

go estava implicitamente revogado pela Constituição de 1988, no dispositivo em que é garantida plena igualdade de direitos entre marido e mulher. No entanto, para diminuir qualquer polêmica possível, ele recomendou a revogação expressa no projeto, que vai à sanção presidencial.

Referendando pareceres contrários das comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, formulados, respectivamente, pelos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) - agora ministro da Justiça - e



Alves foi o relator

Valmir Campelo (PTB-DF), o plenário deliberou pela rejeição de projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) sobre o uso da língua vernácula.

Júlio Campos pretendia impedir o uso de palavras estrangeiras na denominação de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

## Senado aprovou 21 matérias nesta semana

O plenário do Senado aprovou 21 das trinta matérias apreciadas durante esta semana, inclusive a emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), votada em primeiro turno, e o projeto de apoio aos programas de garantia de renda mínima, que volta à Câmara para exame das alterações. O segundo turno do FEF está previsto para a próxima quarta-feira, dia 12.

Uma das recomendações da CPI dos Precatórios passou no Senado e vai ao exame da Câmara: trata-se da exigência de que todo cheque endossado contenha o nome do beneficiário, para evitar a transformação de cheques nominativos em cheques ao portador.

O plenário chancelou sete acordos internacionais, entre eles o Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais, que

visa incentivar o reflorestamento e o manejo adequado de florestas. O governo foi autorizado a emprestar US\$ 300 milhões junto ao Banco Mundial para a recuperação de rodovias federais.

O Senado decidiu também a favor de alteração do Código Penal referente ao exercício do direito de queixa pela mulher, e da determinação de inserir, nas bulas de determinados medicamentos, advertência aos fumantes sobre risco do tabagismo em relação a certas patologias (ver matéria acima).

Também foram aprovados projeto obrigando todo estabelecimento comercial a exibir em lugar visível o telefone e endereço do Procon e permitindo a transferência de cadáveres não reclamados depois de 30 dias do IML para finalidades de ciências da saúde.

*Parecer de Joel de Hollanda a projeto da Câmara dos Deputados foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, com manifestações favoráveis da senadora Emília Fernandes e do senador Romeu Tuma*

## Direitos humanos no currículo escolar

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto de lei da Câmara estabelecendo a inclusão de conteúdos sobre direitos humanos nos currículos do ensino médio e fundamental.

- Parte pouco visível da nossa convivência, a preocupação com os direitos humanos com freqüência tende a emergir quando os mesmos são desrespeitados - destaca Joel de Hollanda em seu parecer.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) também lembrou a importância da maté-

ria, "sobretudo porque as pessoas desde cedo devem conhecer seus direitos e lutar por eles". Para a senadora, é através de iniciativas dessa natureza que os indivíduos adquirem uma consciência crítica no que se refere às questões sociais.

Por sua vez, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que o ensino de direitos humanos integra o currículo da Academia Nacional de Polícia desde 1989, "com os melhores resultados para a formação de uma consciência democrática entre seus alunos".



Hollanda (D) preside a reunião da Comissão de Educação

## Capoeira passa a ser patrimônio cultural e pode ter incentivo

Foi aprovado, pela Comissão de Educação, parecer favorável do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) a projeto da Câmara determinando que a capoeira é uma manifestação desportiva de criação nacional e por isso "se inclui entre os bens que constituem o patrimônio cultural do país". A matéria também estabelece que o Poder Executivo protegerá e incentivará a capoeira.

Abdias Nascimento destacou que, sendo "uma das principais tradições da cultura brasileira, a capoeira está esquecida, enquanto lutas competitivas de origem estrangeira, como karatê, judô e boxe, são cada vez mais divulgadas no país".

- Atualmente, o jogo da capoeira - ao mesmo tempo canto, música, dança e luta - é praticado em academias, conquanto seja forçoso reconhecer a predominância dos esportes ditos marciais, praticados mundialmente e reconhecidos como de competição internacional. Ainda aqui, a capoeira impõe-se como forma de resistência cultural da nacionalidade - alerta Abdias Nascimento. Por sua vez, a senadora



Abdias é o autor do projeto

Marina Silva (PT-AC) registrou que, apesar de ser uma das principais tradições culturais dos brasileiros, a capoeira está totalmente relegada, "daí a importância desse projeto".

- É sempre bom lembrar que durante o período da escravidão a capoeira foi empregada pelos negros como uma das principais armas de resistência contra seus algozes. Depois da abolição, a capoeira modificou-se, incorporando a música e a dança e deixando seu aspecto agressivo em segundo plano - afirmou Marina. O projeto vai à deliberação do plenário da Casa.

## Servidores transferidos e seus dependentes podem ter matrícula garantida

Projeto de lei que restabelece a garantia de matrícula nos estabelecimentos de ensino superior para servidores civis e militares transferidos, e seus dependentes, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, em reunião presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). A matéria, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), vai agora ao plenário da Casa.

A proposição visa regulamentar dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que prevê a concessão daquele benefício, cuja legislação específica que o assegurava foi por ela revogado. O projeto não contempla, entretanto, a pessoa que se deslocar para outra localidade a fim de assumir cargo efetivo em razão de concurso público, bem como

os ocupantes de cargo comissionado ou função de confiança.

Na mesma reunião, a comissão aprovou parecer do senador Otoniel Machado (PMDB-GO) favorável a projeto de resolução da Câmara que institui o Prêmio Cruz e Sousa, cujo centenário de morte transcorre em março de 1998. O prêmio será conferido pelo Congresso Nacional a autores de trabalhos alusivos ao poeta catarinense.

Otoniel destacou que a relevância dessa iniciativa "reside no imperativo de os poderes constituídos tomarem a dianteira no processo de resgate das figuras importantes da nossa História e da nossa tradição política, para que possam ocupar o seu lugar de referência na sociedade brasileira".



Romeu Tuma é o relator da matéria na Comissão de Educação

## CCJ vai se pronunciar sobre negro em publicidade

A Comissão de Educação do Senado também aprovou ontem requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) solicitando que seja feita consulta prévia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quanto à constitucionalidade e jurisdição de projeto de lei de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que determina a inclusão de negros em programas de TV e peças publicitárias.

A senadora Marina Silva argumentou que o pronunciamento da Comissão de Justiça se faz necessário para que ela, como relatora da matéria, "possa melhor emitir juízo técnico sobre a proposição".

Outra matéria acolhida pela comissão foi o projeto de decreto legislativo que renova a concessão da Rádio Ouro Branco Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Currais Novos (RN). A matéria foi relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) e vai agora ser votada pelo plenário do Senado.

Senadora alerta para o fato de que 36% das empresas constituídas durante 96 fecharam com até um ano de atividade

## Júnia pede apoio à pequena empresa para gerar emprego

Júnia Marise (PDT-MG) conclamou ontem o governo federal a discutir, "com realismo, determinação e vontade política", uma proposta para a redução do desemprego no país. Na sua opinião, uma das causas do alto índice de desemprego no Brasil é a falta de apoio do governo às pequenas e médias empresas.

Citando dados de uma pesquisa do Sebrae em Minas Gerais, a senadora informou que 36% das empresas constituídas durante o ano de 1996 desapareceram com até um ano de atividade. Ela acrescentou que, desse percentual, 71%



Júnia: pequena empresa é solução das empresas possuem até dois empregados e 10% mais de cinco funcionários e que as mais bem-sucedidas eram estabelecimentos maiores.

- Esse dado dramático demonstra a razão por que o país possui 20% da população eco-

nomicamente ativa desempregada. As pequenas e médias empresas, ao longo desses anos, atuaram no crescimento econômico do Brasil, oferecendo emprego e agora estão falindo, pois não têm conseguido sobreviver - disse.

A senadora considerou que as principais causas do fechamento dessas empresas são a alta tributação imposta a elas, por meio de 58 impostos e as altas taxas de juros. Para Júnia, o Estado é "sócio" das empresas, mas não faz nada em benefício delas.

Humberto Lucena (PMDB-PB) apoiou o pronunciamento, afirmando que a situação do desemprego é grave.

## Ademir registra que 10 mil ocuparam a ferrovia dos Carajás

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que 10 mil pessoas ocuparam, às 11h da manhã, a ferrovia dos Carajás, por onde é transportado o minério de ferro produzido no Pará. Ele informou que, hasteadas as bandeiras do Brasil, do Pará e de Marabá, esses trabalhadores pretendem permanecer ali até que a direção da Vale do Rio Doce se defina sobre a construção da siderúrgica de Salobo, considerada fundamental para a economia do estado.

- O povo quer que essa siderúrgica fique em Marabá e não vai aceitar que o beneficiamento do minério de cobre dali retirado seja feito noutro estado. É nossa exigência que o minério de cobre não saia para nenhum lugar do Brasil, e ocupar a fer-



Ademir: promessa é dívida

rovia é uma maneira de chamar atenção para o problema - explicou ele.

Ademir disse que, antes de ser privatizada, a Vale assinou protocolo de intenções comprometendo-se a instalar a siderúrgica para o beneficiamento do minério de cobre em Marabá.

## Waldeck diz que ampliação da Sudene não reduzirá pobreza

"O Nordeste quer uma política de desenvolvimento que atenda às necessidades de seus municípios, e é uma ilusão pensar que a simples ampliação da área atendida pela Sudene irá resolver a questão das dificuldades regionais." A declaração é de Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da comissão que estuda propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região.

A comissão, presidida por Beni Veras (PSDB-CE), reu-

niu-se ontem para debater a emenda da Câmara ao projeto, oriundo do Senado, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha (MG) na área de atuação da Sudene. A comissão decidiu que o projeto será encaminhado à CCIJ para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria.

De acordo com a emenda, 27 cidades da região norte do Espírito Santo passariam a ser atendidas pela Sudene, além dos 46 municípios mineiros contemplados na proposta original.



Waldeck: política para região

Manifestaram-se também contra a emenda os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Freitas Neto (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

## Prêmio de Valorização do Trabalho

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) destacou ontem a concessão do Prêmio Nacional de Valorização do Trabalho a três empresas, sendo uma delas a catarinense Biguacu Transportes Coletivos, que opera na região metropolitana de Florianópolis. A so-



Amin destaca mérito da Biguacu

lenidade foi realizada ao meio-dia no Palácio do Planalto. "O prêmio é motivo de justo orgulho", observou.

Conforme o senador, o prê-

mio é concedido pelo Ministério do Trabalho às empresas que promovam programas que implementem a participação dos empregados na gestão e resultados das empresas e que, entre outros itens de avaliação, também atinjam índices significativos de redução nos acidentes de trabalho.

Amin fez questão de homenagear especificamente o empresário Aldo Rocha, dirigente da Biguacu.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os critérios que as universidades devem adotar para seleção de novos alunos, bem como as melhorias de qualidade dos cursos oferecidos (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o diretor do Departamento de Promoções do Iphan, Luiz Antônio Bolcato Custódio, e o prefeito de Diamantina, João Antunes de Oliveira, sobre o tombamento de cidades históricas no país (inédito)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (pré-gravada em 06/11 com a votação do Sistema de Financiamento Imobiliário)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador José Agripino e o deputado federal Delfim Netto (inédito)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 0h30 - Resumo da semana
- 1h - "Sete Dias na Política" (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer receberam anteprojeto, levado por Antônio Britto, Maguito Vilela e Vítor Buaziz, criando regras novas para a transferência de recursos

## Governadores apelam por compensação das perdas com isenção às exportações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, ao lado do presidente da Câmara, Michel Temer, os governadores do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, de Goiás, Maguito Vilela, e do Espírito Santo, Vítor Buaziz, interessados no apoio à pretensão de modificar a Lei Kandir. Eles querem que as unidades federativas possam ser efetivamente compensadas pela perda de receita com a isenção de impostos para a exportação de produtos manufaturados.

Representando todos os demais governadores, os três entregaram um anteprojeto com alterações no mecanismo de apuração das perdas e novas regras para as transferências de recursos aos estados e municípios,



Falando por todos os colegas, os três governadores expõem as razões dos estados ao presidente do Senado

sem criar qualquer tributo para as exportações.

Os governadores disseram que o Executivo, nos entendimentos mantidos para a aprovação da Lei Kandir, prometeu compensações na ordem de R\$ 3,6 bilhões neste ano. Entretanto, "até agora nem R\$ 800 milhões foram repassados", disse An-

tônio Britto, considerando o fato "uma falta de ética". Ele atribui à "teimosia" do Ministério do Planejamento os problemas que estados e municípios enfrentam para conseguir "o que foi combinado".

Após o encontro, tanto Britto quanto Buaziz relataram ter encontrado "um interesse sin-

ceros nos presidentes da Câmara e do Senado para ajudar a resolver o problema rapidamente". O governador do Rio Grande do Sul disse ainda que ninguém é contra a isenção às exportações, mas que o incentivo não pode ser uma conta a ser paga apenas pelos estados e municípios.

## Plenário lamenta morte de Zappa, o embaixador no Terceiro Mundo

O plenário aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do diplomata Ítalo Zappa, assim como o envio de condolências à família, ao Itamaraty e à prefeitura de Barra do Piraí (RJ).

Ao justificar o requerimento aprovado, o senador Lúcio Al-

cântara (PSDB-CE) disse que a homenagem representaria um resgate de parte importante da história da diplomacia brasileira recente. Ítalo Zappa teve papel crucial no reatamento das relações entre Brasil e Cuba, no reconhecimento imediato dos governos independentes de Angola e Moçambique, no reatamen-

to com a China e na abertura da representação brasileira no Vietnã, disse.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à manifestação de pesar dizendo que Zappa foi responsável pela política externa de aproximação com os países africanos.

## Simon pede por gasoduto, a propósito da vinda de Menem

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ontem para que o presidente Fernando Henrique Cardoso lance os editais para a construção do gasoduto Brasil-Argentina, aproveitando a visita que o presidente Carlos Menem fará a Brasília na semana que vem. Ele

explicou que os estudos sobre a viabilidade do gasoduto estão adiantados e considerou a iniciativa importante "nesse momento de integração do Mercosul".

Pedro Simon se reportou a projeto de sua autoria que estabelece que esse gasoduto viria da Argentina e, passan-



Simon: iniciativa importante

do pelo Rio Grande do Sul, atravessaria os estados de Santa Catarina e Paraná, até chegar a São Paulo, onde se encontraria com o gasoduto Brasil-Bolívia.

## Sueco ouve ACM sobre as reformas brasileiras

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem pela manhã o embaixador da Suécia, Christer Manhusen, com quem trocou impressões a respeito das relações entre os dois países.

O diplomata sueco conheceu o senador recentemente, durante solenidade de assinatura de um contrato de investimento entre empresas suecas e brasileiras, em Salvador. "Pedi a oportunidade de um encontro pessoal para conhecer melhor o presidente do Congresso Nacional e sua visão do andamento desse processo de reformas por que passa o país", comentou à saída do gabinete de Antonio Carlos Magalhães.



Cabral: Manchete vs O Cruzeiro

## Cabral registra 45 anos da Manchete

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) homenageou ontem a revista *Manchete* pelo 45º aniversário. "Em mais de um sentido a *Manchete* faz lembrar seu criador, tamanha era a sua capacidade de realizar, construir e estar sempre à frente dos acontecimentos", disse, referindo-se a Adolpho Bloch.

Segundo Cabral, desde 1952, quando começou a circular, a *Manchete* constituiu um recorde "incontestável" para publicações do gênero na América Latina, competindo à época com *O Cruzeiro*, que possuía uma circulação de 800 mil exemplares. Curiosamente, conforme assinalou, mesmo diante de dificuldades, a revista encontrou seu lugar no mercado editorial e sobreviveu até hoje, enquanto *O Cruzeiro* desapareceu.

O senador lembrou que os Bloch perderam a riqueza com a Revolução Russa de 1917, e abandonaram a Ucrânia "sem quaisquer bens que não fosse a disposição para o trabalho". Retomaram a atividade gráfica, quando Adolpho - apesar da opinião contrária dos irmãos e sócios - idealizou a revista semanal ilustrada, "em que o texto jornalístico dinâmico e a fotografia de qualidade somassem e equilibrassem forças". Cabral enfatizou o apoio de Bloch e da *Manchete* na construção e consolidação de Brasília como capital.

Bernardo Cabral foi apertado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Odacir Soares (PTB-RO), que foi repórter da *Manchete*, e Lúdio Coelho (PSDB-MS).